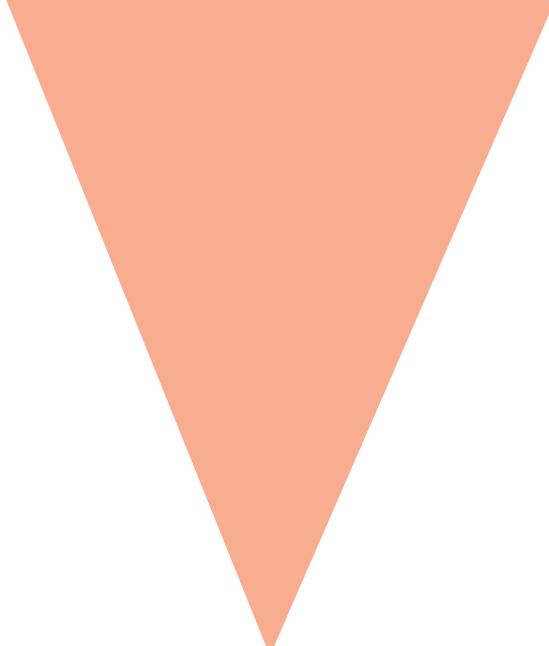




Críticas e Resenhas



Resenha sobre as Políticas Culturais durante o primeiro governo Dilma

por Samira Chedid¹

-
- 1 Mestranda em Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais pela UNESP/Araraquara.
E-mail:samirachedid@hotmail.com.CurrículoLattes:<http://lattes.cnpq.br/9915283934533073>

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia. (Org.). *Políticas culturais no Governo Dilma*. Salvador: EDUFBA, 2015. (Coleção Cult).

Falar sobre políticas culturais no Brasil é sempre um desafio. Nos últimos anos, devido principalmente, a aprovação da lei do primeiro Plano Nacional de Cultura e suas metas, esse cenário de estudos e pesquisa recebeu maior atenção por se caracterizar como um momento de transformações políticas e de novos objetivos no campo cultural.

Aqui cabe mencionar que as políticas culturais em território brasileiro passaram a adquirir atenção nos estudos acadêmicos a partir dos anos 2000 (CALABRE, 2010). De acordo com Rubim (2008) é exatamente nesse momento, com Gilberto Gil (2003–2008) a frente do Ministério da Cultura (MinC) que observa-se o “[...] desafio de formular e implementar políticas culturais em circunstâncias democráticas foi nitidamente colocado na agenda da pasta” (RUBIM, 2008).

Nesse sentido, o livro *Políticas Culturais no governo Dilma* (2015) traz uma análise do primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff (2011–2014) a partir de reflexões das políticas culturais do Brasil, com as ministras Ana de Hollanda (2011–2012) e Marta Suplicy (2012–2014) à frente do MinC.

A obra, organizada por Antonio Albino Canelas Rubim, Alexandre Barbalho e Lia Calabre, é composta por 11 artigos produzidos por diversos estudiosos de diferentes instituições e regiões do Brasil, que desenvolveram criticamente um balanço histórico e acerca do desenvolvimento das políticas no período citado tratando especialmente do Plano Nacional de Cultura, no que diz respeito ao seu processo, ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), aos Planos Estaduais de Cultura, a relação com o Direito, às políticas de leitura, o Vale-Cultura, a relação com a economia a partir da discussão da Economia Criativa, a relação da cultura com o plano Brasil Criativo e Brasil sem Miséria e, a tese do custo amazônico.

Logo na apresentação, os organizadores ressaltam que o objetivo do livro não é o de verificar toda a política cultural brasileira ocorrida no primeiro mandato de Dilma. Colocando em vista essa razão, cada estudioso convidado escolheu uma temática livre para abordar.

O primeiro artigo, escrito por Rubim, resgata marcos importantes das políticas culturais no Plano Nacional a partir das três tristes tradições: ausências, autoritarismos e instabilidade, ressaltando limites e conquistas durante o governo Lula e principalmente no governo Dilma. No que tange a este último, coloca-se as contradições das gestões ministeriais de Ana de Hollanda e Marta Suplicy.

Já era de se esperar a manutenção do projeto político proposto em 2003, o que se confirmou em alguns casos, mas não em outros. Assim, Ana de Hollanda, trouxe obstáculos para o diálogo político, embora tenha dado continuidade ao Plano Nacional de Cultura e ao SNC. Ao contrário, Marta Suplicy possuía maior força política que influenciou a aprovação do SNC e do Vale-Cultura, porém verificou-se fragilidades na própria equipe do MinC que sofreu

alta rotatividade de membros. De acordo com Rubim, há um claro desnível na atuação do MinC na era Lula e na era Dilma cada qual intervindo nas políticas culturais de sua maneira.

Lia Calabre, no artigo subsequente, retoma as gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira, traz a análise de Ana de Hollanda e Marta Suplicy e discute a práxis do mundo político, além de fazer apontamentos sobre a possível gestão posterior a do primeiro mandato de Dilma Rousseff.

O MinC até o ano de 2003 se concentrava num conceito limitado de cultura, visão que se amplia a partir do referido ano, estabelecendo novas e maiores interações com a sociedade. Contudo, Calabre resalta que logo no início do governo Dilma, “percebe-se uma perda simbólica e efetiva de poder da cultura e de sua centralidade política.” (CALABRE, 2010, p. 37), que se deve a falta de projetos políticos para o Ministério e também pela demora na escolha de quem iria gerir a pasta, que acabou nas mãos de Ana de Hollanda. O reflexo dessa escolha é de insatisfação tanto para a área de gestão quanto para os artistas.

Em setembro de 2012, Ana de Hollanda é substituída por Marta Suplicy, que politicamente possuía grande influencia, porém na área cultural era deficiente em muitos aspectos, priorizando ações de curto prazo. A autora aponta ainda que houve frutos ao que foi plantado desde 2003, entretanto, uma grande preocupação após 2010 é a falta de projetos de políticas em longo prazo.

No próximo texto, Alexandre Barbalho foca no impulso adquirido pelo SNC, responsável por institucionalizar a cultura num sistema federativo durante o governo Dilma, já que muitos agentes ligados a Gilberto Gil e a Juca Ferreira, que não deram prioridade ao sistema, saíram da pasta. O autor assinala que Juca Ferreira não defende o SNC em seu formato atual, já que o mesmo é baseado em outros sistemas, como o Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, em que o provedor dos serviços é o Estado, situação que não ocorre no campo cultural.

Dellagnelo, Silva, Neutgem e Justen, analisam no quarto texto a construção dos Planos Estaduais de Cultura como um espelhamento do PNC a partir do Projeto de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, objetivando oferecer apoio técnico aos estados ao formularem seus planos, respeitando suas especificidades.

No artigo seguinte, Filho, Telles e Costa se debruçam na temática do livro a partir dos direitos culturais. Para isso, estes direitos são analisados com seus aspectos positivos e negativos utilizando uma metáfora que compara os sete pecados capitais e as sete virtudes opostas aos mesmos. Assim, a soberba e a humildade ficam com o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) e Associações. A avareza e a generosidade com o Vale-Cultura; a inveja e a caridade com a Lei Cultura Viva; a ira e a mansidão com a omissão do Procultura; a luxúria e a castidade com a cota na TV por assinatura; a gula e a temperança com a falta da Reforma Autoral; e, a preguiça e a diligência com a Emenda Constitucional do SNC. Nessa discussão, observa-se no que se refere ao aspecto normativo, que houve a manutenção de alguns direitos culturais, mas por outro lado houve omissões e a falta da construção de novos direitos.

Na discussão do próximo artigo, Neto discorre sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) com seus altos e baixos no centro das atenções das políticas públicas de cultura decorrentes das mudanças de estratégias de acordo com a gestão do MinC. No sétimo texto, Alves e Souza, elaboram uma discussão sobre as políticas econômicos-culturais. Para tal, dissertam de maneira detalhada sobre o Vale-Cultura e a expansão do mercado editorial no Brasil em sua composição e estrutura.

Lopes, no artigo seguinte reflete sobre a Economia Criativa, seus antecedentes até o ocorrido no governo Dilma em que o termo adquiriu centralidade nas discussões. No nono texto, Domingues e Lopes também examinam a Economia Criativa, explanando sobre o capitalismo, o capital humano e o campo político-cultural, como

o conceito de criatividade emergiu no MinC e a relação entre cultura e desenvolvimento econômico.

No penúltimo texto, intitulado “Brasil Criativo e Brasil sem Miséria: um encontro possível?”, Ventura relaciona ambos programas e ressalta: “A inscrição da cultura como uma política de interesse público é um processo complexo, tendo em vista a sua fragilidade na agenda pública” (VENTURA, 2015, p. 225). E, finalizando o livro, Castro e Castro assinalam acerca da tese do custo amazônico e novo-desenvolvimentismo nas políticas culturais dos governos petistas.

Como vimos, no geral notou-se que o tema das políticas culturais foram bem explorados, cada qual com sua perspectiva e recorte de um programa, plano ou assunto específico. Percebeu-se, ao longo das leituras uma crítica, mais negativa que positiva ao tratamento oferecido as políticas culturais durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff em comparação aos avanços obtidos nos oito anos da era Lula.

Todos os artigos avaliaram de maneira crítica o cenário atual da cultura no Brasil, mesmo com a prevalência de alguns temas em detrimentos de outros. Talvez, tenham sido os assuntos mais acessíveis no momento e contexto em que foram escritos. Mas, por outro lado, como o próprio título do livro sugere, pensamos que seria interessante ampliar o espaço do mesmo para outros temas igualmente importantes referentes às políticas culturais, o que pode ser a sugestão para um próximo volume e assim haja uma discussão balanceada sobre as políticas culturais no Brasil no período apontado.

Nesse sentido, a obra *Políticas Culturais no governo Dilma*, merece ser lida e estudada por todos aqueles que se interessam pela temática, seja acadêmicos, artistas, gestores públicos ou culturais, e também curiosos.

REFERÊNCIAS

CALABRE, Lia. *Textos Nômades – Políticas Culturais no Brasil: História e Contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. (Coleção Textos Nômades, n. 2).

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 183-203, jan./jun. 2008.

VENTURA, Tereza. Brasil Criativo e Brasil sem Miséria: um encontro possível?. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia. (Org.). *Políticas culturais no governo Dilma*. Salvador: EDUFBA, 2015. (Coleção Cult).

